

o estudo da administração nos diversos níveis de ensino

Bruno L. S. Manzollilo

Instituto Central de Ciências Humanas da Universidade de Brasília

Ao procurarmos estabelecer as alternativas possíveis e recomendáveis para o ensino da Administração no Brasil, necessário se torna conceituar a Administração. A ausência dessa posição fundamental tem conduzido os diversos centros de ensino especializado a uma diversificação de conceitos, desnecessária e até prejudicial para estudantes, professores, para os próprios estabelecimentos e para o País.

O conceito da Administração tem variado no tempo e no espaço: na Itália, por exemplo, aproxima-se do Direito Administrativo ou da Contabilidade; na Alemanha, é menos uma preocupação humanística do que um ramo da Engenharia de Produção; nos Estados Unidos está mais ligado à Economia, no campo da Administração Empresarial, enquanto os estudiosos da Administração Pública passam a adquirir autonomia no contexto das Ciências Sociais; e na França identifica-se em grande parte, com os estudos de Ciência Política. Os brasileiros têm procurado a posição mais eclética, considerando a Administração um ramo autônomo das Ciências Sociais, embora haja exceções,

como o Curso de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e outros.

Na Universidade de Brasília, em todos os estudos para fixação do currículo pleno do Curso Superior de Administração, decorrentes da aprovação do currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação, temos procurado dinamizar um sentido integral (não apenas eclético) da Administração, partindo de conceitos interdisciplinares e chegando à concepção de uma atividade ultradisciplinar. Baseados em estudos anteriores, tais como os de Guerreiro Ramos (Administração e Estratégia do Desenvolvimento) que propôs os elementos estruturais, estruturantes e aestruturais, ou os de Breno Genari (Uma Análise do Sistemas Administrativos) com seus determinantes básicos, determinantes imediatos e técnicos, partimos para uma conceituação do campo da Administração que, sem qualquer preocupação de inovar, identificou três aspectos presentes em qualquer fenômeno administrativo:

- a) **aspectos microadministrativos** — relacionados com as técnicas da Administração e com a mecânica administrativa;
- b) **aspectos macroadministrativos** — de natureza dinâmica e relacionados com as decisões, os comportamentos e as atitudes intraorganizacionais;
- c) **aspectos meta-administrativos** — denominação em analogia com Meta-física e Meta-sociologia (G. Ramos), abrangendo os demais elementos integrantes do fenômeno social global e, como tal, influenciadores e condicionantes da Administração, relacionados com o social, político, cultural, psicológico, econômico, etc.

Outras definições poderiam ser analisadas, a partir de Taylor e Fayol. Contudo, ao procurarmos conceituar o que a UnB deveria ensinar em matéria de Administração, tivemos que atender às reais necessidades do momento. Fugindo ao exclusivismo das diversas correntes teóricas, denominadas, conforme o autor, "estruturalista", "mecanicista", "funcionalista", "comportamentivista", etc. incluímos em cada um dos três aspectos esquemáticos, todos os pontos ressaltados pelas diversas "escolas", atendendo à visão orientada pela interdependência das Ciências Sociais. E procuramos ir mais além, abrangendo os problemas interdisciplinares dentro do campo específico da Administração, e chegando à concepção ultra-disciplinar, desta forma não apenas eclética, mas sobretudo integral. Os três aspectos esquematicamente separados constituem, em conjunto, o instrumento com que a Administração Geral, pelas suas projeções financeira, humana e material, interfere nas organizações, consti-

tuindo as diversas espécies administrativas, (conceito de Administração Específica).

Estabelecido o conteúdo da Administração, restava, ainda, saber o que deveria ser estudado em um Curso Superior. Inicialmente aceitou-se que o simples manuseio da técnica (microadministração) não seria o suficiente para caracterizar um curso universitário. Por outro lado, a meta-administração, embora necessariamente conhecida pelo Técnico de Administração, seria campo específico de atuação de outros especialistas, não sendo, portanto, a ênfase do nosso Curso. Restou, desta forma, a macroadministração, domínio próprio do homem de administração superior, e que é o conteúdo central do Curso Superior de Administração da UnB, sem detrimento dos demais aspectos considerados.

Desta forma, um curso superior de Administração deve ser de caráter geral, cabendo especialização ao nível de pós-graduação, em decorrência do que se eliminou a divisão em Administração Pública e Administração Privada. Contudo, para o ensino de Administração em nível pré-universitário, julgou-se possível a valorização dos aspectos microadministrativos, sem prejuízo de conhecimentos gerais sobre o fenômeno integral.

A posição adotada na Universidade de Brasília pode ser assim sintetizada:

- a) o estudo da Administração envolve questões interdisciplinares;
- b) a atividade administrativa é ultradisciplinar;
- c) a teoria administrativa é de natureza integral; e
- d) a impossibilidade de se formar técnicos com perfeito domínio de todos os fatores, conduziu à eleição de alternativas que enfatizam determinados aspectos, em função do nível em que se queira situar o ensino, (médio, superior e pós-graduado).

Estivessem sedimentados os rumos da Teoria Administrativa, dispensável seriam estas considerações iniciais. Enquanto alguns negam a possibilidade de se estabelecer uma Teoria Geral da Administração, outros estão a persegui-la, dentro de esquemas semelhantes ao que orienta a UnB, ou a partir de teorias especiais de Administração Pública ou restrita a campos ainda mais limitados. Dentro desta concepção mais geral, fundamentamos nossas proposições. Acreditamos que todos os centros de estudos sobre Administração deveriam procurar sua colocação teórica fundamental, e, em torno dela, e a partir dela, desenvolver seus programas, porque a estes centros como pólos de irradiação de idéias, compete um papel preponderante e uma responsabilidade indelegável, na formação da Teoria Administrativa. Assim evitaríamos a diversificação de conceitos, tão prejudicial, a que nos referimos anteriormente.

Chegamos, assim, às seguintes conclusões:

1 — O ensino de Administração dever ser integrado ao nível de formação (médio ou superior) e diversificado ou especializado em nível de pós-graduação.

2 — O ensino de administração em nível médio deve ser incentivado, como suporte ao trabalho dos técnicos de nível superior e estruturado paralelamente ao Curso de Comércio-Contabilidade, ciclo básico, e separadamente, no ciclo técnico.

3 — O ensino de Administração, em nível de pós-graduação, pode ser dinamizado por iniciativa individual do aluno, ou através de cursos estruturados, consistindo em aperfeiçoamento/especialização ou doutorado/mestrado; somente as instituições altamente capacitadas, técnica e materialmente, devem manter Cursos de Mestrado; a pós-graduação, com algumas reservas, poderá ser aberta a outros profissionais.

4 — O treinamento de pessoal administrativo, em qualquer nível, deve ser incentivado pelas Escolas de Administração.

5 — As Escolas de Administração devem desenvolver atividades de extensão cultural, abertas ao público em geral ou a grupos especiais, como forma de difusão técnica e prestígio profissional.